



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 3.0](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 3.0](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)

REFERÊNCIA

NEGRI, C. As dificuldades de implementação da Via Chilena ao socialismo: análise do impacto de três propostas econômicas. **História Unisinos**, v. 16, p. 55-68, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.161.05/822>>. Acesso em: 8 des. 2014.

As dificuldades de implementação da Via Chilena ao Socialismo: análise do impacto de três propostas econômicas

The challenges of implementing the Chilean Way to Socialism:
impact analyses of three economic proposals

Camilo Negri¹
camilo@unb.br

Resumo. O artigo estabelece relação entre o impacto sociopolítico de três propostas econômicas da Unidad Popular e as dificuldades enfrentadas pelo governo de Salvador Allende para implementar a Via Chilena ao Socialismo. Para isso, foram utilizados o Programa de Governo da Unidad Popular e entrevistas com ex-ministros de Allende. Foram analisadas as propostas de nacionalização do cobre, reforma agrária e socialização de propriedades privadas, uma vez que refletem as ações econômicas de uma ideologia anticapitalista. Cada proposta teve um impacto sociopolítico e econômico distinto, mas complementar, que influenciou diferentemente o desempenho da implementação do socialismo no Chile da década de 1970. A nacionalização do cobre teve baixo impacto, a reforma agrária médio e a socialização alto. A última foi a mais sensível devido ao seu caráter ideológico acentuado. A nacionalização do cobre foi amplamente aceita, possivelmente pela relação entre o minério e a identidade chilena. A reforma agrária sofreu empecilhos sociais e políticos que impediram sua plena execução, mas já figurava no projeto democrata-cristão e os seus impactos diretos se restringiam ao campo. A constituição da área social, composta por empresas socializadas, também não pôde ser implementada. As ações se limitaram às leis existentes, que mantinham o direito individual à propriedade privada dos meios de produção. Mesmo assim, as expropriações realizadas agravaram os conflitos sociais e políticos, ampliaram o descontentamento das elites e dificultaram o prosseguimento da via chilena ao socialismo.

Palavras-chave: Via Chilena ao Socialismo, Salvador Allende, Programa de Governo de esquerda.

Abstract. This article aims to establish a relationship between the social-political impact of three economic proposals by Unidad Popular and the challenges faced by Salvador Allende's government to implement the Chilean Way to Socialism. For that purpose it makes use of Unidad Popular's Government Program and interviews with Allende's ex-ministers. It also analyzes the proposals of copper nationalization, agrarian reform and the socialization of private properties, since they reflect the economic actions of an anti-capitalist ideology. Each proposal had a different yet complementary social, political and economic impact that influenced in different ways the performance of the implementation of socialism in Chile in the 1970s. The copper privatization had a low impact, the agrarian reform a medium one and the socialization a high impact. The latter was the most sensitive due to its accentuated ideological character. The copper privatization was widely accepted, possibly due to the relationship between mining and the Chilean identity. The agrarian reform experienced social and political obstacles that hindered its

¹ Dr. em Ciências Sociais. Professor Adjunto do Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

full execution, but was already present in the Christian-Democrat project and its direct impacts were restricted to the countryside. The constitution of the social area, formed by socialized companies, could not be implemented. The actions were limited to the existing laws that granted the individual right to private property of the means of production. Nevertheless, the expropriations carried out worsened the social and political conflicts, increased the discontentment among the elites and hampered the continuation of the Chilean Way to Socialism.

Key words: Chilean Way to Socialism, Salvador Allende, left wing government.

Apresentação

O presente artigo analisa o impacto sociopolítico das propostas econômicas apresentadas pela *Unidad Popular* (UP), utilizando, para isso, entrevistas semiestruturadas com sete ex-ministros de governo do presidente Salvador Allende Gossens e o Programa de Governo escolhido democraticamente pelos chilenos, em 1970. O texto propõe um diálogo com atores fundamentais do processo político chileno sobre as motivações, dificuldades e, principalmente, limites da plataforma socialista no contexto democrático latino-americano.

Foram entrevistados² os ex-ministros Aníbal Palma (Educação), Arturo Jirón (Saúde), Hernán Del Canto Riquelme (ministro do Interior), Jacques Chonchol³ (Reforma Agrária), Juan Carlos Concha (Saúde), Mireya Baltra (Trabalho) e Sergio Bitar (Minérios). Além destes, também foi entrevistado Andrés Aylwin, deputado da Democracia Cristã (DC), que, apesar de integrar um partido que se opôs ao governo socialista, fez parte do “Grupo de los 13” que não admitiu o golpe e possui longa trajetória de luta contra as violações dos direitos humanos praticadas no período Pinochet.

O Programa de Governo apresenta o conjunto de propostas da UP, os princípios de governo e análise de conjuntura; é complementado por dois documentos específicos, “las primeras 40 medidas del gobierno popular” e “los 20 puntos básicos de la reforma agraria”. O primeiro destaca sinteticamente as propostas imediatas de várias áreas e o segundo as propostas para a reforma agrária. Tanto a literatura quanto os entrevistados apontam as propostas relativas à reforma agrária e à estatização dos bancos, minérios e grandes empresas como mais significativas para entender a ideologia e as dificuldades enfrentadas para a implementação do socialismo democrático na América Latina.

O impacto sociopolítico da implementação das propostas de reforma agrária, nacionalização do cobre e transformação dos tipos de propriedade, que incluía empresas de diferentes setores, como bancos e infraestrutura, é central para se entender o golpe de 11 de setembro de 1973 e a consequente quebra do regime democrático chileno. Embora essas ações de governo não sejam inteiramente explicativas do evento, espelham o conteúdo ideológico defendido pela UP e situam a disputa que caracterizou o período.

Uma análise mais detida das causas que conduziram ao golpe deve incluir variáveis como a tensão ideológica do período, a realidade da região, os dispositivos democráticos, a condição de eleição de Allende e o baixo apoio eleitoral, dentre outras. Boorstein (1977), por exemplo, destaca um conjunto de problemas econômicos enfrentados, como a inflação, a oposição interna e externa e, obviamente, a incapacidade de lidar com estes problemas, especialmente pela dificuldade de controlar o Legislativo e ter aprovadas medidas necessárias para a estabilizar a economia. O autor também analisa os esforços de empresas estadunidenses, da CIA e de outras agências de Washington para desestabilizar a UP. A complexidade das condições a que o governo estava submetido, portanto, dificulta a tarefa de explicar por que o golpe ocorreu, mas permite afirmar que as propostas de governo da UP tiveram um impacto relativo na estabilidade política, social e econômica do Chile.

Na ciência política existem duas principais explicações para o golpe. A primeira, defendida por Moulian e Garretón (1983), é que o golpe foi resultado da incapacidade da esquerda em firmar aliança com o centro, devido à posição da Democracia Cristã e, principalmente, ao conflito interno da UP. Essa situação levou à ingovernabilidade e, conseqüentemente, à quebra da democracia. A segunda, trazida por Valenzuela (1988) e Linz (1990), é a incapacidade do centro em assumir o papel fundamental

² As entrevistas foram realizadas em 2009, como parte da pesquisa de campo para tese de doutoramento. O recorte aqui apresentado visa a utilizar parte deste material, que possui mais de 13 horas de duração.

³ A título de reconhecimento, Chonchol também foi ministro da Reforma Agrária de Eduardo Frei Montalva, presidente eleito em 1964. Nas eleições de 1970, foi indicado pelo MAPU (Movimiento de Acción Popular Unitario) para ser candidato presidencial, e abriu mão em favor de Allende.

de impedir a polarização entre esquerda e direita (perspectiva baseada em Sartori, 1982). Ambas, portanto, atribuem à não aproximação entre o centro e a esquerda um papel fundamental e remetem a explicação a uma dimensão institucional, desconsiderando o conteúdo ideológico como uma variável importante.

Aqui, o objetivo não é entender as causas do golpe, tampouco inferir sobre a possível responsabilidade da plataforma socialista pelo fim do sistema democrático, mas compreender a relação entre o impacto da implementação de três propostas principais contidas no Programa e as dificuldades para a realização da Via Chilena ao Socialismo.

Allende e o contexto político-partidário

Salvador Allende foi o único presidente eleito a sustentar uma plataforma de governo inspirada no marxismo. A sua vitória é considerada uma das conquistas mais significativas da esquerda no mundo, principalmente pelo seu caráter democrático e de respeito às instituições liberais. Em um contexto de Guerra Fria, a possibilidade de arranjo entre a visão econômica marxista e a democracia política apontava para uma configuração inédita, que desmistificava o autoritarismo como uma característica intrínseca ao socialismo. Por isso, como declara o ex-ministro Hernán Del Canto Riquelme, “la elección ciudadana de los chilenos [...] era mucho más peligrosa que otras alternativas como la alternativa cubana”.

A eleição presidencial de 1970 marca a quarta tentativa de Salvador Allende de chegar ao cargo. Sua carreira política inicia em 1929, como vice-presidente da Federación de Estudiantes de Chile (FECH), organização de grande importância no cenário político chileno. Como tal, realiza marchas de protesto contra a ditadura Carlos Ibáñez (1927-1931) e apoia a instalação da República Socialista em 1932, sendo preso duas vezes e julgado por três cortes marciais, que o absolvem. Em 1933, participa da fundação do Partido Socialista do Chile (PSCh). Elege-se deputado por Valparaíso e Quillota em 1937. Foi ministro da Saúde, Previdência e Assistência Social durante o governo de Pedro Aguirre Cerda (1939 a 1942) e entre 1945 e 1970 é eleito senador quatro vezes.

A trajetória presidencial de Allende, por sua vez, se inicia no pleito de 1952, com a coligação entre o Partido Socialista (PS) e o proscrito Partido Comunista (PC), chamada de Frente del Pueblo. Na ocasião, obteve apenas 52 mil votos, ficando em 4º lugar. Em 1958, quando o PS forma a Frente de Acción Popular (FRAP), Allende cresce eleitoralmente, obtendo 356.493 votos e conquistando o segundo lugar, a menos de três pontos percentuais de

Jorge Alessandri, da Frente Democrática. Em 1964, em sua terceira tentativa, acaba novamente em segundo, com 977.902 votos.

Conforme o ex-ministro Sergio Bitar, Allende era “un gran personaje de la historia chilena no por su gobierno, sino por toda su trayectoria. Allende fue ganando fuerzas porque él fue un gran líder que fue ganando voluntades a pesar de toda la oposición. Las cuatro elecciones, más todas sus elecciones senatoriales, porque fue uno de los pocos que ganaba allí y después se cambiaba a otro lugar y ganaba en todos”.

Após três tentativas de chegar à presidência, a escolha de Allende para a campanha de 70 foi acompanhada pelo seu enfraquecimento dentro da UP. O ex-ministro Aníbal Palma declara que

en el congreso del Partido Socialista el ganó la elección pero fueron mayoría las abstenciones [...] Era como resignarse a que no había otro, pero ya había cierto cansancio de otras generaciones más jóvenes que pugnaban, pero indiscutiblemente todas las encuestas mostraban que el único candidato con posibilidades de ganar y de aglutinar era Allende.

O desacordo entre os partidos que compunham a UP em relação a uma nova candidatura de Allende era resultado da disputa de duas perspectivas sobre a via que levaria ao socialismo: por um lado, a visão democrática e gradualista, por outro, uma visão mais radical e belicosa. Segundo Leyton e Salazar (2004, p. 11), “por lo menos desde 1967 el MIR, como también lo había declarado en octubre de ese año el Partido Socialista de Chile, en su vigésimo segundo congreso nacional, consideraban que la violencia política debía ponerse al servicio de los sectores revolucionarios del país”.

Entre 1952 e 1970, o PS redefine sua linha ideológica e passa a se denominar marxista-leninista. Conforme a redação do seu Estatuto de 1939, o PS é “la agrupación orgánica de los trabajadores [...] cuya finalidad es la de dirigir la acción política y económica de la clase obrera [...] hacia la realización del Socialismo”. Em 1962, a redação do mesmo primeiro artigo inclui: “de acuerdo con los principios científicos del marxismo” e, em 1965, durante o seu XXI Congresso, substitui-se marxismo por “sus principios marxistas-leninistas”. As derrotas e a estabilização da Revolução Cubana têm impacto no PS, que inicia um processo de “radicalización creciente de esquemas leninistas en todos los planos” (Friedmann, 1988, p. 136). O Congresso de 1965 marcará esse movimento, “en un partido de tendencias, habían conseguido la hegemonía absoluta los sectores más radicalizados” (Friedmann, 1988, p. 131).

Nas palavras de Arturo Jirón, a UP era formada pelo

Partido Comunista, que era un partido muy poderoso [...], el Partido Socialista, el Partido Radical y algunas escisiones que se produjeron en el Partido Demócrata Cristiano, que fue la Izquierda Cristiana y el MAPU [...]. Hubo algunos que se fueron a un extremo, que creyeron que los cambios podían hacerse en forma muy rápida y en contraposición a lo que pensaba el presidente de que los cambios tenían que ser más progresivos.

Com a indicação de Allende, o resultado é um programa, como afirma o ex-ministro Aníbal Palma, “por sus medidas más bien pluralista amplio”, pois, “Allende en todos sus discursos planteaba la tesis de socialismo, democracia y libertad”. A sua candidatura, portanto, irá primar por um discurso menos radical em relação aos meios para a implementação do socialismo.

Desta forma, por um lado, sua eleição é temida pela direita – preocupada com a radicalização interna. Por isso, como afirma o ex-ministro Arturo Jirón, a “oposición empezó a trabajar antes que Allende asumiera el poder, antes que asuma el poder asesinan al general Schneider, que era el comandante en jefe del ejército y que decía que si gana Allende hay que respetar la constitución. Y lo matan antes. O sea no hay un punto, una medida precisa en que digan bueno ya no lo aceptamos”. Por outro lado, Allende é criticado por alguns integrantes da UP – descontentes com sua postura democrática. Assim, como afirma o ex-ministro Jacques Chonchol,

[t]al vez el defecto mayor de la Unidad Popular fueron las tensiones internas dentro del partido de la Unidad Popular. Porque había dos partidos mayoritarios, el Partido Comunista y el Partido Socialista. El Partido Comunista era un partido muy realista, que se daba cuenta de las dificultades y estaba dispuesto a acompañar a Allende, y a temperar las reformas que pudieran crear muchos problemas. En el Partido Socialista había un grupo bastante radical que empujaba para adelante muy influenciado por la Revolución Cubana y por la Unión Soviética. Las mayores dificultades de Allende fueron con su propio partido. Y los demás partidos eran grupos relativamente pequeños que no tenían el poder y el peso que tenían los dos grandes.

Allende vence as eleições de 1970, com 1.070.334 votos, ou 36,6%⁴ do eleitorado. A diferença de votos re-

cebidos por Allende em 1964 e em 1970 é de menos de 100 mil. Considerando o aumento de 416.731 eleitores entre os dois pleitos e que no primeiro o candidato da direita conquista 125.233 votos, Valenzuela (1991, p. 39), afirma que “since the vote for the Christian Democratic candidate declined dramatically between the two elections, it is quite probable that the conservative Alessandri was the principal beneficiary of the newly mobilized vote”.

Repetia-se o que ficou conhecido como o paradigma dos três terços⁵ (Scully, 1995): a distribuição balanceada dos votos entre esquerda, direita e centro, e um cenário claro em relação à posição dos candidatos no espectro ideológico. O que pode ser considerado um indício do baixo apoio político que Allende enfrentará durante o seu governo representa também uma cisão que marca a política chilena e que, em outros momentos, não ameaçou a estabilidade ou diminuiu a governabilidade. A instabilidade e o golpe, portanto, não podem ser entendidos apenas como resultado desta fragilidade no concerto entre esquerda, direita e centro. Mesmo considerando a governabilidade democrática como um necessário arranjo entre forças – é o conteúdo do programa de governo que se torna impraticável, já que são propostas de transformação ideologicamente orientadas e contrárias aos interesses das elites política e econômica.

O contexto socioeconômico do programa de governo

As linhas básicas de atuação apresentadas na campanha vitoriosa de Salvador Allende Gossens eram o reajuste de salários, congelamento dos preços de artigos de primeira necessidade, construção de casas populares, controle da inflação, estímulo à produção, melhoria do serviço de saúde, distribuição de leite, criação do sistema único de previdência, aprofundamento da reforma agrária, nacionalização do cobre, salitre e carvão, estatização das indústrias de aço, cimento, telefonia e dos bancos. Conforme Arturo Jirón, “el programa de la Unidad Popular lo ves en las 40 medidas, eso era lo que pretendía Allende”.

Para o ex-ministro Hernán Del Canto, porém, o Programa era mais que 40 propostas e “apuntaba efectivamente a mejorar notablemente la justicia social, a alcanzar niveles de desarrollo cultural más altos, a conseguir que las libertades fueran mucho más sólidas, y a lograr incorporar, algo que en Chile no se había logrado, a los trabajadores como actores reales del proceso de transformación de la sociedad”.

⁴ Em segundo lugar ficou Jorge Alessandri (independente), com 1.031.159 votos (35,3%) e, em terceiro, ficou Radomiro Tomic (DC), com 821.801 (28,1%). A pequena diferença entre Allende e Alessandri forçou o Parlamento a decidir quem assumiria.

⁵ Em 1958, o centro teve 31,6%, a esquerda teve 28,9% e a direita 20,7%; em 1964, a direita teve 56,1%, a esquerda teve 38,9% e o centro teve 5%. Nesse caso os votos não foram balanceados, mas o cenário era considerado bem definido.

O principal documento com as propostas da UP era o Programa de Governo. Ele continha, como subpartes, “La unidad y la acción del pueblo organizado”, “El programa”, “Un nuevo orden institucional: el estado popular”, “La construcción de la nueva economía”, “Tareas sociales”, “Cultura y educación” e “Política internacional”. Além desse documento, havia “Las primeras 40 medidas del gobierno popular” e “Los 20 puntos básicos de la reforma agraria”. Os três documentos se relacionam, e considerá-los conjuntamente permite compreender como a ideologia da via chilena se refletia em ações. Aqui a análise estará centrada no aspecto econômico – que envolve mais diretamente “Los 20 puntos básicos de la reforma agraria” e “La construcción de la nueva economía”.

O programa de transformação econômica implementado pelo governo de Allende apresentou três objetivos política e economicamente mais sensíveis para a estabilidade chilena: a nacionalização do cobre, a reforma agrária e a modificação dos modelos de propriedade, com a divisão em três tipos, as privadas, as mistas e as estatais. Estas três medidas são centrais para se entender diferentes aspectos da experiência chilena, especialmente no que se refere aos limites que caracterizaram a tentativa de arranjo entre a visão econômica de base marxista e a democracia liberal.

No meio rural, como afirma o ex-ministro Hernán del Canto, “el proyecto político del presidente era hacer una profunda reforma agraria lo cual significaba expropiar una cantidad enorme de latifundios”. Em relação à nacionalização dos minérios, conforme depoimento da ex-ministra Mireya Baltra, “el gobierno de la Unidad Popular se conquista con un programa radical, revolucionario. Que toma [...] los sustanciales ejes de la recuperación de nuestros recursos, no tan sólo del cobre, sino del hierro, del carbón”. Já a estatização das empresas privadas, conforme o ex-ministro Hernán del Canto, “ni siquiera planteamos en el programa la estatización o socialización de todas las empresas [...]. De modo que no era un programa radicalizado, de vamos a expropiar todo”.

Dentre o conjunto de propostas, a reforma agrária e a nacionalização dos minérios podem ser consideradas causas relevantes dos conflitos sociopolíticos, porém não as mais sensíveis. Como afirma o ex-ministro Sergio Bitar, “otra pieza importante era la nacionalización de las áreas de propiedad social”. Para se compreender o peso político de cada orientação do governo e o apoio ou rejeição às três propostas, deve-se relacioná-las com a conjuntura chilena. Um elemento fundamental foi a vitória, nas eleições de 1964, do candidato da Democracia Cristã, Eduardo Frei Montalva. Frei defendeu em sua campanha o slogan *Revo-*

lución en libertad e elegeu-se conquistando 56% dos votos. Durante o seu governo (1964-1970), iniciou a reforma agrária e realizou a *chilenización* do cobre.

Segundo Valenzuela (1991, p. 25), “by all indications, then, the period immediately preceding the advent to power of the Unidad Popular was not characterized by a mounting and unprecedented secular crisis in the Chilean economy”. Conforme o autor, os seis anos anteriores ao governo da UP mantiveram certa estabilidade econômica, ligeiramente abalada em 1967, mas condizente com os números das últimas décadas. Apesar do relativo aumento da renda *per capita* e do aumento dos gastos do governo, também não se pode concluir que houve crescimento econômico significativo.

O processo de nacionalização da extração de minérios, principal fonte de capital do país, avançou no governo de Frei com a chamada *chilenización* do cobre. A medida foi pactuada com os EUA e mantinha a permissão para multinacionais explorarem o minério. O governo passou a ser detentor de 51% das ações de todas as mineradoras, as multinacionais foram pagas por suas perdas e receberam inúmeras vantagens tributárias e alfandegárias. A “chilenização” surtiu efeito econômico, com o superávit de 168 milhões de dólares em 1968 e com o crescimento do Produto Interno Bruto em 5%. Com isso, a dívida externa acabou diminuindo, em 1969, de 200 milhões de dólares para apenas 91 milhões (Bitar, 1980)⁶. Embora a inflação ainda apresentasse índices crescentes, chegando a 34,9% em 1970, os eleitores apoiaram a medida.

Nas primeiras décadas do século XX, o meio rural chileno mantinha uma estrutura tradicional de grandes latifúndios e exploração do trabalho campesino. A demanda pela reforma agrária seria atendida precariamente, como ocorreu durante o governo da Frente Popular, de Aguirre Cerda, em 1938. Os dois governos seguintes optaram por incentivar a industrialização, aumentando o êxodo rural. Isso promoveu uma crise agrícola que, na década de 1950, levou à importação de alimentos. Segundo Bitar (1980, p. 33), “no setor agrícola, em 1965, 2% das propriedades englobavam 55,4% da superfície”.

Na década de 1960, a pressão por reforma agrária ressurgiu tendo como base a Igreja Católica, que repartiu suas terras, alertando a região para a necessidade de redistribuição das propriedades rurais. Com a pressão pública, o governo de Jorge Alessandri (1958-1964) promulgou a primeira lei de reforma agrária do país, em 1962, que permitiu a redistribuição de terras estatais. No governo de Frei o processo se fortaleceu. Com o lema “*La tierra para el que la trabaja*”, o programa de reformas buscou modernizar o meio agrário através da redistribuição e sindicalização.

⁶ Dados econômicos, muitos dos quais citados por Valenzuela (1991) e Bitar (1980), podem ser encontrados em Ffrench-Davis, (1973).

Aproximadamente 1.400 instalações agrícolas foram apropriadas, correspondendo a cerca de 3,5 milhões de hectares, e mais de 400 sindicatos com cerca de 100 mil trabalhadores foram organizados.

A reforma agrária de Frei seguia a política de “Alianza para el Progreso”, que contava com o suporte da Casa Branca. Os latifúndios não foram suprimidos e alguns aumentaram sua produtividade. Ainda que isso tenha ocorrido, Sader (1991, p. 46) afirma que “o governo Frei contribuiu para acentuar a atividade social no campo”, com a sindicalização, a criação de cooperativas e com o avanço dos movimentos camponeses. Por isso, a extrema direita chilena passou a criticar o presidente, acusando-o de ter permitido a mobilização social necessária para o crescimento do comunismo. Frei acabou recuando.

As propostas de Allende buscavam ampliar e aprofundar as medidas de Frei, uma vez que as reformas obtiveram resultados importantes, seja pela situação do campo e da mineração, seja pela criação das condições para a expressão das contradições sociais contidas. O objetivo de Allende era ampliar políticas de nacionalização, abrangendo não somente o cobre, mas outros setores produtivos, além da intensificação da reforma agrária e a maior socialização das propriedades privadas (Leyton e Salazar, 2004).

As orientações econômicas socialistas

O conteúdo do Programa de Governo se apresenta ideologicamente demarcado, com interpretações marxistas da realidade chilena e crítica à orientação liberal do governo Frei. Ao analisar a conjuntura chilena, o Programa de Governo afirma que:

Lo que ha fracasado en Chile es un sistema que no corresponde a las necesidades de nuestro tiempo. Chile es un país capitalista, dependiente del imperialismo, dominado por sectores de la burguesía estructuralmente ligados al capital extranjero, que no pueden resolver los problemas fundamentales del país, los que se derivan precisamente de sus privilegios de clase a los que jamás renunciarán voluntariamente [...] En Chile las recetas reformistas y desarrollistas que impulsó la Alianza para el Progreso e hizo suyas el gobierno de Frei no han logrado alterar nada importante. En lo fundamental ha sido un nuevo gobierno de la burguesía al servicio del capitalismo nacional y extranjero, cuyos débiles intentos de cambio social naufragaron sin pena ni gloria entre el estancamiento económico, la carestía

y la represión violenta contra el pueblo. Con esto se ha demostrado, una vez más, que el reformismo es incapaz de resolver los problemas del pueblo (Unidad Popular, 1970, s/p, grifos meus).

Os ex-ministros entrevistados, porém, concordam com Sergio Bitar, para quem, em termos práticos, as

propuestas de la Unidad Popular eran muy parecidas a las propuestas de la Democracia Cristiana de Tomic, pero indudablemente que era más popular la propuesta de Allende. Él iba a hacer una reforma agraria que se iba a incentivar, que había empezado con Frei. Iba a haber un cambio en la redistribución del dinero, iba a haber cambios en la salud, la educación, en todo el mundo laboral. Y la derecha no quería cambios importantes.

O documento manifesta contrariedade ao papel de ingerência do capitalismo internacional sobre a economia chilena, por meio da figura dos Estados Unidos e de suas multinacionais. As elites econômicas nacionais também são consideradas responsáveis pelas injustiças fundadas, principalmente, na exploração do trabalho. O texto argumenta que o desenvolvimento depende de autonomia política e econômica e vincula o tipo de capitalismo chileno com déficits de democracia e participação. Desta forma, propõe um governo democraticamente guiado para satisfazer as demandas populares, prioritariamente aquelas dos trabalhadores, em busca de um modelo econômico socialista que permitisse uma sociedade equânime, justa e democrática.

Para evitar obstáculos constitucionais à implementação das transformações, “se tuvo que recurrir muchas veces a leyes que venían de larga data, que daban ciertos resquicios, ciertas posibilidades de hacer algunas cosas. Que permitían que se pudieran llevar adelante ciertos planes, ciertos cambios que nosotros queríamos impulsar”, afirma Hernán del Canto. Em um diálogo com Fidel Castro⁷, em novembro de 1971, Allende explica a tentativa de ultrapassar “os obstáculos de uma revolução que se tem que fazer dentro da democracia burguesa”:

Os povos que lutam por sua emancipação têm, logicamente, que tornar adequadas à sua própria realidade as táticas e as estratégias que conduziram a sua formação. O Chile, por sua característica, por sua história, é um país onde a institucionalidade burguesa tem funcionado em sua plenitude e onde, dentro dessa legalidade burguesa, o povo, com sacrifícios, vem avançando e obtendo conquistas, se conscientizando, compreendendo

⁷ Ver Aggio (2003).

que não é dentro do regime capitalista e do reformismo que o Chile pode alcançar a dimensão de país independente economicamente e capaz de atingir níveis superiores de vida e de existência (Fidel y Allende – El Diálogo de América, s.d., áudio em espanhol).

Assim, a opção pela continuidade e aprofundamento das políticas de esquerda executadas por Frei mostra que, para Allende, “este era un país legalista, en cierto aspecto conservador, y todo cambio hacia el socialismo tenía que hacerse dentro del sistema legal. Porque si se salía del sistema legal los militares se le iban encima”, declara Jacques Chonchol.

Em sua dimensão econômica, contudo, o Programa destacava a planificação: “En la nueva economía la planificación jugará un papel importantísimo. Sus órganos centrales estarán al más alto nivel administrativo; y sus decisiones, generadas democráticamente, tendrán carácter ejecutivo”. O documento propunha que a “política económica del Estado se llevará adelante a través del sistema nacional de planificación económica y de los mecanismos de control, orientación, crédito a la producción, asistencia técnica, política tributaria y de comercio exterior, como asimismo mediante la propia gestión del sector estatal de la economía”. A política de planificação tinha seis objetivos imediatos, dispostos na Tabela 1. A tabela associa os objetivos aos meios para realizá-los.

A planificação depende da ampliação da autonomia econômica do Estado e do controle sobre a proprie-

dade. As propostas de nacionalização do cobre, reforma agrária e transformação dos tipos de propriedade são parte de uma mesma concepção baseada nos objetivos necessários para a planificação. No Programa, tanto a proposta de nacionalização do cobre quanto a de reforma agrária se inserem dentro da plataforma de reformulação dos tipos de propriedade – privada, pública e mista. A distinção não é incorreta, uma vez que as três também são propostas específicas, em virtude das diferentes esferas de realização e da própria organização do documento de campanha. Três instituições são responsáveis pela execução, o Ministério dos Minérios, Ministério da Reforma Agrária, Ministério da Indústria e do Trabalho. Trata-se de três dimensões econômicas distintas, com implicações sociopolíticas singulares – os minérios, historicamente fundamentais para a economia chilena, não podem ser confundidos com transformações no meio agrário, fonte de bens de subsistência, tampouco com as indústrias, base para o desenvolvimento urbano.

Principais propostas econômicas e desempenho durante o governo

Nacionalização do cobre

As propostas relativas aos recursos minerais e, especificamente, ao cobre têm como objetivo intensificar

Tabela 1. O tema da planificação da economia no programa de governo.

Table 1. The planned economy subject in the government program.

Objetivo	Como realizar
(i) Resolver os problemas imediatos das maiorias	Voltar a capacidade produtiva para artigos de consumo popular, baratos e de boa qualidade
(ii) Pleno emprego e salários justos	Promover política de emprego com uso adequado dos recursos naturais e adaptação de tecnologia
(iii) Acabar com a subordinação ao capital estrangeiro	Expropriar o capital imperialista, realizar política de autofinanciamento, definir condições para o capital estrangeiro não expropriado, conquistar independência tecnológica
(iv) Crescimento econômico rápido e descentralizado que desenvolva as forças produtivas	Aumentar a produtividade do trabalho para satisfazer as exigências de desenvolvimento independente e as necessidades dos trabalhadores
(v) Executar uma política de comércio exterior	Desenvolver e diversificar as exportações, abrir novos mercados, independência tecnológica e financeira
(vi) Estabilização da moeda. Lutar contra a inflação (com as propostas de mudanças estruturais)	Medidas que tornam o fluxo circulante adequado com o mercado. Controlar e redistribuir o crédito. Racionalizar a distribuição. Estabilizar os preços. Impedir que a demanda das classes altas aumente os preços.

Fonte: Elaboração própria com base no capítulo *Política de desarrollo económico* do Programa de Governo.

as medidas iniciadas por Frei. Para tanto, propõe-se a completa nacionalização das empresas mineradoras. A proposta se insere no item “La construcción de la nueva economía” do Programa de Governo, dentro do objetivo de planificação da economia, em que se define o que seria e o que poderia se tornar “*área de propiedad social*”. O ponto é exposto assim:

El proceso de transformación de nuestra economía se inicia con una política destinada a constituir un área estatal dominante, formada por las empresas que actualmente posee el Estado más las empresas que se expropian. Como primera medida se nacionalizarán aquellas riquezas básicas que, como la gran minería del cobre, hierro, salitre y otras están en poder de capitales extranjeros y de los monopolios internos. Así quedarán integrando este sector de actividades nacionalizadas las siguientes:

- La gran minería del cobre, salitre, yodo, hierro y carbón mineral (Unidad Popular, 1970).

Além dos minérios, o tópico relaciona tipos de propriedade a serem tornadas estatais, discutidas adiante. A singular aceitação da proposta de nacionalização dos minérios se dá, principalmente, pela grande identificação nacional com o cobre e pela intensa participação de multinacionais na sua extração e comercialização. Para Sergio Bitar,

las grandes minas de cobre estaban en manos de compañías extranjeras, fundamentalmente norteamericanas. En el gobierno de Frei se chilénizó el cobre, o sea el Estado adquirió el 51 % del capital y el resto siguió en manos de los norteamericanos. En el gobierno de Allende se planteó la nacionalización total del cobre y eso se hizo por una ley del Congreso y una reforma constitucional que fue votada por todo el Congreso, inclusive por la derecha. Porque era una reivindicación que el cobre, que se decía que era el sueldo de Chile, el mayor recurso básico que tenía Chile como exportación, estuviera controlado por chilenos. Esa nacionalización se hizo también legalmente por una reforma de la ley y por una reforma constitucional. Y esa reforma constitucional fue aprobada por el 100% del Parlamento, inclusive los partidos de oposición. Era tal una bandera nacional de reivindicación que no tenían otra alternativa.

Desta forma, foi devido ao consenso sobre a importância do cobre que as modificações constitucionais necessárias à sua nacionalização foram aprovadas. Além disso, a Lei nº 17.450 de 16 de julho de 1971, que na-

cionalizou o cobre, era a resposta da UP aos movimentos de trabalhadores cuja história e força política eram, em grande medida, resultado da organização dos mineiros.

Embora a nacionalização não tenha despertado conflitos internos relevantes ou externos imediatos, o “*Decreto sobre indemnización del cobre*” anuncia claramente a postura ideológica que comanda a atuação do governo. O documento dispõe sobre as condições para a indenização das empresas expropriadas. Assinado pelo presidente e pelo ministro de Minérios, Orlando Cantuarias, o Decreto define que

[e]l Controlador General de la República, al calcular la indemnización que corresponda pagar a las empresas de la Gran Minería del Cobre afectadas por la nacionalización, deducirá las siguientes cantidades por concepto de rentabilidad excesivas devengadas a partir del 5 de mayo de 1955 hasta el 31 de diciembre de 1970:

(a) Para la Compañía de Cobre Chuquicamata S.A., la cantidad de US \$ 300 millones (trescientos millones). (b) Para la Compañía de Cobre Salvador S.A., la cantidad de US \$ 64 millones (Sesenta y cuatro millones). (c) Para la Sociedad Minera El Teniente S.A., la cantidad de US \$ 410 millones (Cuatrocientos diez millones) (Archivos Salvador Allende, 1971, p. 3, grifo meu).

O cálculo considera o conceito de rentabilidade excessiva, referente aos lucros que excediam a média anual das próprias empresas em outras regiões, desde 1955. Mesmo diante da expropriação, o Decreto garante saldo positivo para o Estado. A Compañía Chuquicamata S.A. teve de pagar US\$ 76,5 milhões, a Compañía Salvador S.A. US\$ 1,6 milhões e a Compañía El Teniente S.A. US\$ 91,2 milhões.

Reforma agrária

O tema da reforma agrária perpassa tanto os “20 puntos de la Reforma Agraria” quanto os demais documentos de campanha. No Programa de Governo, o capítulo “*Profundización y extensión de la Reforma Agraria*” deixa claro que para construir uma nova economia são necessárias modificações na estrutura agrária. O documento diagnostica a condição do campo e afirma que “la experiencia ya existente en esta materia y los vacíos o inconsecuencias que de ella se desprenden, conducen a reformular la política de distribución y organización de la propiedad de la tierra”. Para isso, propõe a aceleração das desapropriações, incluindo prédios, maquinários, ferramentas e animais. A forma de produção cooperativa é considerada necessária. O plano destaca o papel central

do Estado na transição, assegurando os meios necessários para o desenvolvimento da produção.

Segundo as 40 medidas, aprofundar a reforma agrária “beneficiará también a medianos y pequeños agricultores, minifundistas, medieros, empleados y afuerinos. Extenderemos el crédito agrario. Aseguraremos mercado para la totalidad de los productos agropecuarios”. O mesmo item aparece entre “los 20 puntos básicos de la reforma agraria”, que destaca que “todo este sector de comercialización e industrialización de la producción agropecuaria debe estar en manos del Estado o bien de cooperativas campesinas o cooperativas de consumidores”.

Dentre os 20 pontos básicos, propõe-se que todos os latifúndios sejam expropriados e o Estado reconheça como interlocutores apenas os pequenos e médios agricultores. A relação com os agricultores se dará por meio da criação de um “Consejo Nacional Campesino que asesorará al Ministro y a los altos funcionarios de los distintos organismos. Este Consejo se elegirá democráticamente por los organismos de base”. Os agricultores serão proprietários de suas residências, disporão de capital para investimento na produção e acesso à assistência técnica gratuita. A planificação é apresentada como uma meta que permitirá a orientação nacional para o aumento e diversificação produtiva.

Outros pontos são tratados no documento, como a educação campesina, a constituição de pousadas oficiais para que os agricultores possam circular no país e promover a comercialização e qualificação do seu trabalho, proteção do meio ambiente, políticas de crédito, etc.

Ao contrário do que ocorrera com a nacionalização do cobre, o apoio do congresso para transformações que modificavam as leis não ocorreu; por isso, a opção foi aplicar plenamente as existentes. Segundo o ex-ministro da Agricultura de Allende e um dos criadores da Lei de Reforma Agrária aprovada durante o governo de Frei, Jacques Chonchol,

se consideraba que esa ley era buena, pero que había que modificarle algunos aspectos. Pero las nuevas fuerzas políticas que apoyaban a Allende no tenían mayoría en el Congreso, y cualquier modificación legal tenía que tener mayoría en ahí. Por lo tanto la decisión que se tomó fue aplicar la misma ley pero con mayor intensidad, más a fondo; y después si se daban las condiciones políticas se modificaría la ley [...] Entonces fue la continuación e intensificación de ese proceso de reforma agraria con la idea de terminar lo más pronto posible con el latifundio, aplicando una legislación que ya existía. Que había sido aprobada por una amplia mayoría, y a la cual se le hicieron pequeños ajustes, pero no a la legislación sino a la práctica.

Chonchol segue afirmando que

había ciertas ventajas dentro de la ley, porque la ley establecía lo siguiente: la expropiación de todo predio mayor de 80 hectáreas de riego básico por tamaño. Esa es una cosa indiscutible y lo mismo para predios que estuvieran en manos de sociedades anónimas. La agricultura estaba considerado que debía quedar en manos de personas naturales [...] la ley había contemplado un artículo que decía lo siguiente: todo predio mal explotado también es expropiable pero eso tenía un plazo de tres años antes de poder aplicarse, y como la ley fue votada en 1967 ese plazo se venció a mediados del '70. Por lo tanto, en el gobierno de Allende había esta otra facultad que estaba contemplada en la ley, que había cumplido su plazo y que también permitía expropiar predios [...] La ley estipulaba que todo predio expropiado debería constituirse en un período transitorio de 3 a 5 años en lo que se llamaba un asentamiento. Y en ese asentamiento los beneficiarios principales eran aquellos jefes de familia permanentes que vivían dentro del predio [...] Había gente que trabajaba en ese predio, pero eran externos como medieros, como parceros o trabajadores sectarios. Y esa gente también quería la reforma agraria; entonces se hicieron modificaciones para tratar de incorporarla, una vez que el asentamiento estaba creado, al proceso de reforma agraria. Y lo mismo se buscó a través de una cosa que se llamaba los centros de reforma agraria: expropiar varios predios conjuntos que estuvieran en condiciones de expropiación para poder operar sobre un paño de terreno más amplio y permitir una serie de economía de escalas o una cosa así. Pero esas cosas se hicieron administrativamente, no eran incompatibles con la ley.

Com um ano de governo já haviam sido desapropriadas 1.379 propriedades, “um número de propriedades igual ao total das desapropriadas durante o governo anterior” (Bitar, 1980, p. 95). Como resultado do programa de reforma agrária, a UP chegou a expropriar cerca de 4.400 instalações agrícolas, com mais de 6,4 milhões de hectares de terra (Chonchol, 2004).

Segundo Goicovic (2004), entretanto, o campo vivia uma disputa violenta desde a reforma agrária de Frei. Proprietários de terras se armavam para impedir ocupações e chegavam a matar militantes de esquerda. Em certas regiões, a disputa armada já estava ocorrendo e foi agravada durante o governo Allende.

Transformações nos tipos de propriedade

A principal alteração econômica proposta pela UP foi a de instituição de três tipos distintos de propriedade,

a propriedade social, a propriedade mista e a propriedade privada. A primeira, além da mineração, incluiu outros setores fundamentais para o desenvolvimento econômico chileno. Segundo o Programa de Governo, as áreas a serem tornadas de propriedade social seriam:

El sistema financiero del país, en especial la banca privada y seguros;

El comercio exterior;

Las grandes empresas y monopolios de distribución;

Los monopolios industriales estratégicos;

En general, aquellas actividades que condicionan el desarrollo económico y social del país, tales como la producción y distribución de energía eléctrica; el transporte ferroviario, aéreo y marítimo; las comunicaciones; la producción, refinación y distribución del petróleo y sus derivados, incluido el gas licuado; la siderurgia, el cemento, la petroquímica y química pesada, la celulosa, el papel.

Todas estas expropiaciones se harán siempre con pleno resguardo del interés del pequeño accionista (Unidad Popular, 1970).

O segundo tipo de propriedade seria composto de empresas que combinassem capital privado e estatal. O programa não especifica claramente quais ou em que condições, afirma apenas que

[e]ste sector será mixto porque se compondrá de empresas que combinen los capitales del Estado a los particulares.

Los préstamos o créditos concedidos por los organismos de fomento a las empresas de esta área podrán serlo en calidad de aportes para que el Estado sea socio y no acreedor. Lo mismo será válido para los casos en que dichas empresas obtengan créditos con el aval o garantía del Estado o de sus instituciones (Unidad Popular, 1970)

Por fim, a propriedade privada dos meios de produção também seria mantida. O Programa ressalta que a maioria das empresas permaneceriam privadas e que, das 30.500 existentes no Chile em 1967, apenas 150 seriam monopólicas e, portanto, sujeitas a revisão de seu caráter. As demais manter-se-iam privadas. Assim,

[l]as empresas que integran este sector serán beneficiadas con la planificación general de la economía nacional. El Estado procurará las asistencias financiera y técnica necesarias a las empresas de esta área, para

que puedan cumplir con la importante función que desempeñan en la economía nacional, atendiendo el número de las personas que trabajan en ellas, como el volumen de la producción que generan.

Además, se simplificarán los sistemas de patentes, aranceles aduaneros, contribuciones y tributos para estas empresas y se les asegurará una adecuada y justa comercialización de sus productos.

En estas empresas se deberán garantizar los derechos de obreros y empleados a salarios y condiciones de trabajo justos. El respeto de estos derechos será cautelado por el Estado y los trabajadores de la empresa respectiva (Unidad Popular, 1970).

Conforme Aníbal Palma, o programa para a estatização parcial das empresas privadas tratava de dividir os tipos de propriedade em

un área privada que sería respetada, un área mixta con participación del Estado y el sector privado, y un área estatal pero orientada a las empresas que condicionaban el desarrollo económico, de las empresas estratégicas que eran quienes condicionaban el desarrollo económico: trigo, cobre, hierro, salitre. Una lucha básica en Chile, los bancos por el control financiero, entraban también otras grandes empresas monopólicas, eran noventa y tantas las empresas que podían ser afectadas por ese proceso. Y además que no se arrebataban sino que se pagaban, una expropiación para formar el área económica.

Conforme o mesmo entrevistado, a estatização

afectaba a un grupo de empresas que condicionaban el desarrollo económico porque tenían un carácter monopólico, o eran de carácter estratégico, por ejemplo electricidad, la energía, los teléfonos, comunicaciones [...] En el sector privado se mantenía la inmensa mayoría de las medianas y incluso grandes empresas pero que no reunían estas características, ni monopólicas, ni estratégicas, ni condicionaban el desarrollo económico pero que podían ser grandes, y un área mixta con participación de ambos sectores.

O processo incluía o sistema bancário, que possuía altos níveis de concentração, embora o Banco do Estado tivesse uma fatia maior de depósitos e investimentos⁸. Em 1971, os bancos estrangeiros foram estatizados e o Estado passou a ser acionista majoritário de 16 dos 23 bancos nacionais.

⁸ Em 1970, o Banco do Estado "canalizou 46,4% dos depósitos e 52% das aplicações totais do sistema bancário. Dos 26 bancos privados que distribuíam entre si o resto, três deles controlavam mais de 50% desse saldo" (Bitar, 1980, p. 34).

Em novembro de 1971, Allende profere discurso de um ano de governo e apresenta os resultados:

Controlamos el 90% de lo que fuera la banca privada; 16 bancos, los más poderosos, entre ellos el Español, el Sudamericano, el Crédito e Inversiones, el Banco de Chile, son hoy patrimonio de Chile y del pueblo. Más de 70 empresas monopolísticas y estratégicas han sido expropiadas, intervenidas, requisadas o estatizadas. Somos dueños. Podemos decir: nuestro cobre, nuestro carbón, nuestro hierro, nuestro salitre, nuestro acero; las bases fundamentales de la economía pesada son hoy de Chile y los chilenos. Y hemos acentuado y profundizado el proceso de reforma agraria; 1.300 predios de gran extensión, 2.400.000 hectáreas han sido expropiadas. En ellas viven 16.000 familias, y hay cabida potencial para 10.000 más (Allende, 1971).

O primeiro ano apresentou crescimento do Produto Interno Bruto, melhoria de desempenho de todos os setores, diminuição da taxa de desocupação imobiliária, redução do ritmo inflacionário, melhor redistribuição de renda e aumento da remuneração. Apesar de bons resultados em alguns indicadores e de grande parte das reformas sendo realizadas, a economia chilena também apresentou resultados negativos, como o consumo maior que a produção, déficit fiscal, redução das reservas internacionais e concentração privada do dinheiro (Altamirano, 1979).

Segundo Valenzuela (1976, p. 2), contudo,

from the very outset of his administration, important economic sectors such as industrialists, landowners, professional associations, small shop-keepers and even some white- and blue-collar unions resisted attempts to curtail their vested interests. At times they acted alone; at other times they acted in conjunction with parties of the Right and Center. Combined with U.S. economic retaliation and government mismanagement⁹, this opposition contributed to create a serious economic crisis.

Assim, embora as medidas mais radicais não se dirigissem à maior parte dos empresários, a orientação do Programa era crítica aos proprietários dos meios de produção. Em termos gerais, propunha não fornecer ajuda às empresas, uma vez que o capitalista concentrava poder econômico e político que se sobrepunha ao coletivo. A planificação da economia representava, ainda, a diminui-

ção da autonomia da indústria, já que a proposta era que o Estado definiria o que as empresas produziriam e como distribuiriam. A ameaça à propriedade privada atingia mais do que 10% da população, definida no Programa de Governo como de capitalistas que concentravam 50% da renda do país e seriam os únicos prejudicados. Assim, não apenas estes, mas os grandes latifundiários e os pequenos e médios proprietários também se sentiam ameaçados.

As dificuldades de implementação do socialismo

Mesmo que a oposição econômica, social e política, interna e externa, tenha se iniciado antes da implementação do Programa de Governo e que o descontentamento crescente, alimentado pelos Estados Unidos, tenha fomentado reações viscerais contra as transformações, as três propostas tiveram níveis graduais de impacto político e social que podem ser considerados relevantes para a desestabilização do governo. A nacionalização dos minérios apresentava baixa oposição política e civil, a reforma agrária média e a transformação dos tipos de propriedade alta.

A nacionalização dos minérios, apesar de envolver uma linha econômica crítica, ser ideologicamente orientada e lidar com interesses estrangeiros significativos, contou com o apoio da sociedade civil e política chilena. A identificação baseada no sentimento nacionalista, que vinculava os minérios à própria cultura chilena, facilitou a implementação da proposta.

Por outro lado, desapropriar Kennecott e Anaconda, as duas principais multinacionais estadunidenses que desde os anos 20 controlavam juntas até 20% do Produto Interno Bruto chileno (Moran, 1974), motivou a oposição do governo Nixon. Conforme documento da Casa Branca que detalha a reunião entre Kissinger (assessor do presidente para Assuntos de Segurança Nacional), John Place (presidente da Anaconda) e William Quigley (vice-diretor do conselho da Anaconda), os Estados Unidos não mediriam esforços para garantir uma compensação pelas perdas. A reunião fora solicitada por David Rockefeller, diretor do Chase Manhattan Bank, menos de um mês após a promulgação da Lei de Nacionalização (Kornbluh, 2004).

A reforma agrária foi realizada tal qual a DC planejara e, assim como ocorreu no governo Frei, os distúrbios no campo foram sentidos no Congresso. No governo Allende, como havia a proposta de nova reforma, o aumento

⁹ Os documentos que revelam o papel dos Estados Unidos no golpe e na desestabilização do governo de Allende ainda não eram conhecidos pelo autor, pois foram abertos ao público em 2000. Os mais de 16 mil registros da participação da Casa Branca estão disponíveis em <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20001113/>. A compilação foi publicada por Kornbluh (2004).

do conflito entre proprietários e trabalhadores acabou solidificando a não aprovação de qualquer modificação constitucional. O governo, porém, não recuou na implementação da reforma. Conforme Chonchol, “durante a gestão de Frei houve de 200 a 250 expropriações por ano. No primeiro ano do governo Allende, foram expropriadas 1.400 áreas; no segundo ano, mais de 2.000” (in Bosi, 1994). O ex-ministro da Reforma Agrária afirma que, apesar do apoio do proletariado e de aproximadamente 3 milhões de camponeses (cerca de 25% da população chilena), a UP enfrentou

resistências ideológicas e psicológicas não só entre os fazendeiros e os seus aliados de direita, mas também junto a parte da classe média envenenada por anos e anos de imprensa anti-socialista. O medo pânico (sic) de perder o seu lugar e de cair na vala comum da pobreza acaba dominando as classes médias, que estão, em geral, com os olhos postos no estilo de vida burguês, embora as suas chances objetivas de alcançá-lo sejam quase nulas..., mas são suas falsas esperanças o aliado mais precioso da burguesia (in Bosi, 1994).

A UP mantém a orientação eleitoral que incentivava a tomada de terras e divulga sua decisão de não reprimir os trabalhadores. Liderados pelo MIR, os mapuches reivindicam suas terras de origem. Os movimentos rurais, sem seus principais dirigentes deslocados para o governo, rompem com a estratégia de atacar apenas grandes latifúndios e ocupam propriedades médias e pequenas. Com isso, os políticos da direita encontram argumentos para iniciar a campanha de ilegitimidade e oposição.

A reforma que permitiria a modificação dos tipos de propriedade e legislação da área social foi apresentada em 24 de janeiro de 1973 e chamada de *Plan Prats-Millas*. Para atingir a planificação econômica, a formação da área social era um passo fundamental. Nos dois primeiros anos de governo, a expropriação de empresas privadas se baseou em Decreto-Lei anterior, “promulgado em agosto de 1932, durante la llamada Republica Socialista” (Zemelman e León, 1972, p. 4), que garantia ao Ministério da Economia o direito de requisitar e intervir temporariamente nas empresas que prejudicavam o desenvolvimento econômico. Nesse período, houve diversas expropriações e a formação dos *cordones industriales* (Moulian, 2002; Gaudichaud, 2006), que administravam as indústrias e acirraram as ações de ocupação. A proposta visava a regulamentar a expropriação de 122 grandes empresas e garantia a devolução de outra centena. Segundo Cademátori (2000), porém,

la mayoría opositora encarpó el proyecto y apoyó la enmienda Hamilton-Fuentealba con vista a anular

lo obrado por el Ejecutivo e imponerle su propuesta sin tener las atribuciones constitucionales correspondientes. La Derecha y la DC plantearon entonces un artificial conflicto de poderes, un supuesto atropello del gobierno a la legalidad, con lo cual se llamaba (lo que sí era ilegal) a las FF.AA a derribar al Gobierno constitucional.

Assim, a proposta da UP sofreu forte oposição política, que impediu sua aprovação.

Considerações finais

Diferentes fatores atuam na ampliação ou redução da disposição da sociedade política, da sociedade civil e dos movimentos sociais em relação à implementação do programa da UP. A sociedade política está dividida, pressionada e tensionada. O arranjo insuficiente das forças políticas bloqueia avanços do governo; os efeitos da disputa ideológica entre comunismo e capitalismo, além de influenciarem a sociedade, também afetam o clima dentro das instituições democráticas. O impasse e consequente fracionamento da UP entre mais radicais e menos radicais também se expressa nos movimentos sociais, que enfrentam dificuldades na definição de formas de convívio com o governo, promovendo ações sem orientação estratégica. A sociedade civil vive um processo inédito que expõe as contradições sociais preexistentes e radicaliza a formação de convicções ideológicas promotoras de posturas políticas conflitivas.

Efetivamente, a nacionalização do cobre é a única proposta original da UP apoiada pelas sociedades política e civil e aplicada inteiramente. Seu impacto no desempenho do governo e na implementação da Via Chilena ao Socialismo se reduz, portanto, a uma dimensão ideológica – uma vez que o discurso do governo se reveste de críticas ao capitalismo que ampliam as desconfianças da burguesia nacional – e a uma dimensão externa, já que os interesses de multinacionais começam a ser revertidos e a Guerra Fria delimita inimigos e aliados.

A reforma agrária aplicada se baseava em lei anterior, e sua realização intensificou os conflitos no campo. Ao não ser aprovada, a nova lei proposta pela UP impulsionou movimentos sociais rurais a ocuparem propriedades ilegalmente, expondo as contradições entre camponeses e latifundiários e entre os movimentos sociais e os objetivos do governo. Avançar sem negociar foi a estratégia adotada pelos trabalhadores organizados, enquanto o governo se dedicaria a buscar aliança com a DC. O impacto no desempenho e implementação do socialismo foi mais amplo, não se restringindo à elite rural e política, uma vez que contaminou também os ânimos da classe média,

já agitados pela disputa ideológica recrudescida pelo transcorrer do governo.

A terceira e mais significativa proposta, de constituição de uma área social formada por empresas estatizadas sob o controle dos trabalhadores, também não ocorreu devido ao bloqueio da oposição. As expropriações realizadas estavam amparadas em lei anterior que inviabilizava a planificação. O cenário social tenso, decorrente das tomadas de fábrica realizadas pela UP e pelos trabalhadores e do consequente choque político, foi devastador para a implementação do socialismo chileno. A campanha de terror estadunidense contaminava diversos veículos de comunicação. Os conflitos urbanos se tornavam insustentáveis e legitimavam, aos olhos da oposição, solicitações de impedimento do presidente.

As três propostas destacadas neste artigo impactaram a sociedade e a disputa política diferentemente devido aos diversos interesses econômicos, à estratégia de implementação das propostas, ao momento de sua proposição e aos ânimos acirrados dentro e fora das instituições democráticas. É possível concluir, entretanto, que a nacionalização dos minérios – especialmente o cobre – não se constituiu em dificuldade social, política ou econômica relevante, embora possa ter motivado a postura estadunidense. Tanto a sociedade política quanto a civil e os movimentos sociais apoiavam a nacionalização. A reforma agrária e a definição da área social, contudo, sofreram entraves institucionais, legais, sociais e econômicos. Se a nacionalização do cobre tinha apoio total, a reforma agrária teve apoio reduzido e a sociedade se dividiu. A definição de uma área social ampliou a oposição e ressaltou o caráter socialista do governo. Isso motivou a acusação de inconstitucionalidade e as declarações solicitando a destituição do governo e criou mais um bloqueio à execução plena da Via Chilena ao Socialismo.

Referências

- AGGIO, A. 2003. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. *História*, 22(2):151-166.
- ALLENDE, S. 1971. Primer Año del Gobierno Popular. Disponível em: <http://www.salvador-allende.cl/Disursos/1971/PrimerAniversario.pdf>. Acessado em: 02/2012. Santiago do Chile, Portal Salvador Allende.
- ALTAMIRANO, C. 1979. *Dialética de uma derrota: Chile – 1970/1973*. São Paulo, Editora Brasiliense, 286 p.
- ARQUIVOS SALVADOR ALLENDE. 1971. Decreto sobre Indemnización del Cobre. Disponível em: http://www.salvador-allende.cl/Unidad_Popular/Decreto%20sobre%20indemnizacion.pdf. Acessado em: 01/2012.
- BITAR, S. 1980. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 428 p.
- BOORSTEIN, E. 1977. *Allende's Chile: An Inside View*. New York, International Publishers Co, 277 p.
- BOSI, A. 1994. Jacques - Chonchol: o Chile ontem e hoje. *Estudos Avançados*, 8(21):247-257.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000200016>
- CADEMÁRTORI, J. 2000. A Treinta Años del Triunfo de la Unidad Popular. Disponível em: www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_sobre_gob_UP/SAgob sobre 0010.pdf. Acesso em: 01/2012.
- CHONCHOL, J. 2004. La Reforma Agraria en América Latina. *América Latina. Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina*, 6(1):219-238.
- FFRENCH-DAVIS, R. 1973. *Políticas Económicas en Chile, 1952-1970*. Santiago, Nueva Universidad, 350 p.
- FIDEL Y ALLENDE – EL DIÁLOGO DE AMÉRICA. [s.d.]. Gravação em MP3. Disponível em: <http://en.filesmap.com/mp3s/GoEarDownload/268ac01/wSv1>. Acessado em: 01/2012.
- FRIEDMANN, R. 1988. *La política Chilena de la A a la Z: 1964-1988*. Santiago, Melquiades Servicio Editorial, 206 p.
- GAUDICHAUD, F. 2006. *Poder popular y cordones industriales: testimonios sobre el movimiento*. Santiago, LOM, 471 p.
- GOICOVIC, I. 2004. Violencia y poder en la estrategia política del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, 1967-1986. *Cuadernos Sociológicos: Tres décadas después. Lecturas sobre el derrocamiento de la Unidad Popular*, 3(1): 157-170.
- KORNBLUH, P. 2004. *The Pinochet File: a declassified dossier on atrocity and accountability*. New York, The New Press, 587 p.
- LEYTON, J.C.G.; SALAZAR, M. 2004. Estudio preliminar: La Unidad Popular, el Golpe y el nuevo orden capitalista. *Cuadernos Sociológicos: Tres décadas después. Lecturas sobre el derrocamiento de la Unidad Popular*, 3(1):7-24.
- LINZ, J.J. 1990. *La Quiebra de las Democracias*. Cidade do México, Alianza Editorial Mexicana/CONACUL, 135 p.
- MOULIAN, T. 2002. *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago, LOM, 206 p.
- MOULIAN, T.; GARRETÓN, M. 1983. La Unidad Popular y el conflicto político en Chile. Santiago, Editorial Minga, 228 p.
- MORAN, T.H. 1974. *Multinational corporation and the politics of dependence: copper in Chile*. Princeton, Princeton University Press, 286 p.
- PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. 1939. Estatuto del Partido Socialista: aprobado por el VIII Congreso General ordinario del partido. Fundación Salvador Allende, [s.p.]. [mimeo].
- PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. 1962. Estatuto del Partido Socialista, [s.p.]
- PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. 1967. Resoluciones de la primera conferencia nacional de organización (13-14-15 de agosto de 1966). Santiago, [s.p.]
- SADER, E. 1991. *Chile (1818-1990): a independência à redemocratização*. São Paulo, Brasiliense, 87 p.
- SARTORI, G. 1982. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, UnB, 419 p.
- SCULLY, T.R. 1995. Reconstituting Party Politics in Chile. In: S. MAINWARING; T.R. SCULLY, *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- UNIDAD POPULAR. 1970. Programa de Gobierno de la Unidad Popular. Disponível em: http://www.salvador-allende.cl/Unidad_Popular/up1.html. Acessado em: 11/11/2011.
- VALENZUELA, A. 1991. *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore, Johns Hopkins, 140 p.
- VALENZUELA, A. 1988. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago, FLACSO/Chile, 201 p.

VALENZUELA, A. 1976. Political constraints to the establishment of socialism in Chile. *In*: A. VALENZUELA; J.S. VALENZUELA, *Chile: Politics and Society*. New Jersey, Transaction Books/Rutgers, 399 p.

ZEMELMAN, H.; LEÓN, P. 1972. El Comportamiento de la Burguesía Chilena en el primer año del gobierno de la Unidad Popular. *Revista de Sociología*, 1:3-30.

Submetido: 28/02/2012

Aceito: 18/04/2012